



# MALKA Y NEGRI

## advogados

CLIPPING COVID-19

**Informativo nº 049**

06 de maio de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
CNMP	<p>Notícias – <a href="#">Filas para recebimento de auxílio emergencial são discutidas em reunião com participação de membros do Giac</a>, publicada em 06.05.2020.</p>	<p>Integrantes do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac-Covid-19) participaram nesta terça-feira, 5 de maio, de reunião para discutir as filas que vêm se formando nas agências da Caixa Econômica Federal em razão do pagamento da primeira parcela do auxílio emergencial criado pelo governo para mitigar os efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Além dos coordenadores do Giac, a videoconferência contou com a presença de representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), incluindo o procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, da Caixa Econômica Federal e de entidades representativas dos bancários e dos bancos.</p>
MP/RJ	<p>Notícias - <a href="#">MPRJ encaminha aos governos do Estado e do Município do Rio estudos e posicionamento da Fiocruz a respeito de um isolamento social mais efetivo</a>, publicada em 06.05.2020</p>	<p>O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Força-Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à COVID-19 (FTCOVID-19/MPRJ), recebeu, na manhã desta quarta-feira (06/05), relatório da Fiocruz em que a instituição científica se posiciona a respeito da adoção de medidas rígidas de isolamento social no âmbito territorial do estado do Rio de Janeiro.</p> <p>“Com o objetivo de salvar vidas e com base em análises técnico-científicas, a Fiocruz considera urgente a adoção de medidas rígidas de distanciamento social e de ações de lockdown no estado do Rio de Janeiro, em particular na região metropolitana”, diz o ofício em que a Fiocruz encaminha ao MPRJ os estudos técnico-científicos que embasam o posicionamento da instituição.</p>
	<p>Notícias - <a href="#">MPRJ, Governo do Estado e Defensoria Pública discutem medidas de isolamento social</a>, publicada em 05.05.2020</p>	<p>O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) participou, nesta terça-feira (05/05), de reunião de trabalho por videoconferência, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Governador, PGE, GSI, PCERJ, PMERJ e Defesa Civil) e a Defensoria Pública do Rio (DPRJ) para discutir a fiscalização das medidas de isolamento social ora em vigor, bem como a possibilidade de implementação de novas medidas mais restritivas. A reunião de hoje foi um desdobramento da reunião ocorrida ontem, proposta e presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, que teve como pauta: lockdown, hospitais de campanha, leitos hospitalares (redes municipal, estadual, federal e privada) e orçamento, e que contou com a presença do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, presidente da associação dos prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, TJRJ, MPRJ, ALERJ, TCE-RJ, TCM-RJ e DPERJ.</p>
	<p>Notícias - <a href="#">MPRJ obtém decisão para suspender efeitos de decreto que relaxava restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais não essenciais em</a></p>	<p>O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Macaé, obteve decisão na Justiça para determinar que o município de Casimiro de Abreu suspenda o efeito de artigos do Decreto Municipal 1.816/2020 e se abstenha de abrir o comércio de serviços não essenciais, como medida de prevenção à contaminação pelo novo coronavírus.</p>

	<a href="#">Casimiro de Abreu</a> , publicada em 05.05.2020	A decisão atende a pedido do MPRJ feito em ação civil pública para suspender os efeitos dos artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do referido decreto, que relaxou as restrições para funcionamento de determinados estabelecimentos. O MPRJ ressaltou, entre outras razões, que o Município de Casimiro de Abreu contempla apenas uma unidade hospitalar, a qual não possui nenhum leito de UTI. A cidade já confirmou 25 casos de COVID-19 e que, proporcionalmente, esse número se aproxima da taxa de incidência de capitais como São Paulo e Fortaleza.
	Notícias - <a href="#">MPRJ recomenda que Município de Rio das Ostras não permita carreta e buzinaço marcados para o dia 7 de maio</a> , publicada em 05.05.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Macaé, expediu, na segunda-feira (04/05), Recomendação ao prefeito de Rio das Ostras, para que sejam adotadas, nas respectivas esferas de competência, todas as providências necessárias para evitar a carreta e o buzinaço marcados para o dia 7 de maio, às 10 horas, evitando-se com isso propagação de maiores níveis de infecção pela COVID-19 na cidade de Rio das Ostras.
INSS	Notícias - <a href="#">Portaria estabelece antecipação de R\$ 600 para BPC</a> , publicada em 06.05.2020	Pessoa com deficiência poderá receber o valor por até três meses. Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, a Portaria Conjunta 3 que estabelece as regras para a antecipação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência. De acordo com o texto, os requerentes poderão receber a antecipação de R\$ 600 por até três meses. Para realizar o pagamento o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará a inscrição no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Além disso, para ter direito à antecipação, o requerente deve se enquadrar nas regras de renda relacionadas ao grupo familiar, que pode ser de até um quarto do salário-mínimo.
	Notícias - <a href="#">Tudo sobre o Meu INSS em um único lugar</a> , publicada em 06.05.2020	Se você tem alguma dúvida de como acessar o Meu INSS (site e aplicativo), agora tem todas as informações disponíveis sobre o serviço em um único lugar. Para saber como gerar sua senha, além de aprender a solicitar serviços e benefícios, basta acessar <a href="https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/meu-inss/">https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/meu-inss/</a> para conhecer conteúdos didáticos e explicativos que ajudarão a ter acesso ao INSS sem sair de casa.  O Meu INSS foi criado para proporcionar mais facilidade, conforto e segurança ao cidadão que busca por serviços e benefícios previdenciários ou assistenciais. Pode ser acessado pela internet do seu computador ou pelo seu próprio telefone celular (Android e IOS).
MPT	Notícias - <a href="#">MPT lança campanha de conscientização sobre uso de máscaras</a> , publicada em 06.05.2020	Iniciativa visa estimular a utilização de máscaras caseiras, mas faz um alerta: a medida não substitui a necessidade de isolamento social.

	<p>Notícias - <a href="#">MPT em Campo Mourão recomenda que prefeitura revogue decreto que flexibiliza o distanciamento social</a>, publicada em 06.05.2020</p>	<p>Documento orienta prefeitura a implementar rotinas diárias de fiscalização em relação ao funcionamento das atividades não essenciais.</p>
STF	<p>Notícia - <a href="#">Compartilhamento de dados telefônicos com o IBGE e ação sobre medidas emergenciais estão na pauta desta quarta-feira (6)</a>, disponibilizada em 06.05.2020</p>	<p>O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quarta-feira (6), a partir das 14h em sessão por videoconferência, o julgamento do pedido de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6343, contra dispositivos das Medidas Provisórias (MPs) 926 e 927/2020. As MPs dispõem sobre a competência dos estados, municípios e da União para restringir transporte intermunicipal e interestadual e de autorização do Ministério da Saúde para a decretação de isolamento e medidas sanitárias durante o estado de calamidade vigente na pandemia de covid-19.</p>
TRF-2	<p>Notícia - <a href="#">Covid-19: TRF2 suspende audiência e liminar em processo sobre atuação dos hospitais federais do Rio de Janeiro</a>, disponibilizada em 05.05.2020</p>	<p>O desembargador federal Marcelo Pereira da Silva, da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal – 2ª Região (TRF2), suspendeu a realização da audiência de conciliação determinada pela primeira instância, que ocorreria na terça-feira, 5 de maio, no processo que discute a disponibilização de leitos, equipamentos e profissionais de saúde pelos hospitais federais do Rio de Janeiro, para o atendimento de pessoas com sintomas da Covid-19.</p> <p>O processo foi ajuizado no primeiro grau pela Defensoria Pública da União e pelo Ministério Público Federal. Além de impedir a audiência, que seria efetuada pela primeira instância por videoconferência, Marcelo Pereira da Silva suspendeu por ora os efeitos da liminar da Justiça Federal que, dentre outras medidas, ordena a troca da direção do Hospital de Bonsucesso, na Zona Norte carioca, por omissão no enfrentamento da pandemia.</p>
Prefeitura do Rio de Janeiro	<p><a href="#">DECRETO RIO Nº 47414 DE 5 DE MAIO DE 2020</a>, publicado no D.O em 06.05.2020</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação dos prazos das Sindicâncias Administrativas durante o período de vigência do Decreto Rio nº 47.247, de 13 de março de 2020, que estabelece conjunto de ações necessárias à redução do contágio pelo COVID-19 - Coronavírus, e dá outras providências.</p>
	<p><a href="#">RESOLUÇÃO SMAC Nº 023 DE 05 DE MAIO DE 2020</a>, publicado no D.O em 06.05.2020</p>	<p>Dispõe sobre as orientações a serem seguidas para localização, instalação, operação e desinstalação dos hospitais de campanha, em atendimento ao Parágrafo único do Art. 1º-k do Decreto RIO 47.282 de 21 de março de 2020 (redação dada pelo Decreto 47.385 de 27 de abril de 2020).</p>
ERJ	<p><a href="#">Decreto Estadual 47.059 de 05.05.2020</a>,</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão temporária da exigibilidade do pagamento da taxa de vistoria e fiscalização, das multas de autos</p>

publicado em 06.05.2020	de infração e de parcelamentos, em razão da pandemia decorrente da Covid-19.
<a href="#">Decreto Estadual 47.060 de 05.05.2020</a> , publicado em 06.05.2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, no âmbito do serviço de transporte pública de passageiros de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro.
<a href="#">Decreto Estadual 47.061 de 05.05.2020</a> , publicado em 06.05.2020	Dispõe sobre a criação de comissão especial denominada comissão ciência RJ no combate à Covid-19.
<a href="#">Portaria LOTERJ GP 452 de 04.05.2020</a> , publicada em 06.05.2020	Regulamenta medidas temporárias no âmbito da lotérica do Estado do Rio de Janeiro diante da pandemia da Covid-19.
Notícia - <a href="#">Coronavírus: Exames práticos de direção são reagendados em função da quarentena</a> , disponibilizada em 06.05.2020	Após a ampliação da quarentena, o Detran.RJ precisou reorganizar a agenda de provas de direção que aconteceriam no início de maio. A medida, que vem acontecendo desde o começo do plano contingência para evitar a disseminação do novo coronavírus, foi necessária para não prejudicar os candidatos a motorista. Para manter a segurança e a proteção dos usuários e colaboradores, os exames foram transferidos para datas a partir do dia 12 de maio.
Notícia - <a href="#">Pesquisa da Uerj indica que casos de depressão entre brasileiros dobraram durante a quarentena</a> , disponibilizada em 06.05.2020	O sofrimento psíquico aumentou no país, com as incertezas provocadas pelo novo coronavírus e as mudanças impostas pelo isolamento social. Logo após a decretação da quarentena por causa da pandemia de Covid-19, o professor Alberto Filgueiras, do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), iniciou uma pesquisa sobre o comportamento dos brasileiros durante o isolamento. Os resultados mostram que os casos de depressão praticamente dobraram, enquanto as ocorrências de ansiedade e estresse tiveram um aumento de 80%, nesse período.
Notícia - <a href="#">SAÚDE RJ LANÇA GUIA DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS PARA POVOS TRADICIONAIS</a> , disponibilizada em 06.05.2020	Garantir o acesso à informação e aos serviços de saúde nesse período de pandemia é essencial no enfrentamento ao coronavírus, e, para isso, é necessário se comunicar com diferentes grupos da sociedade, respeitando as particularidades de cada um. Assim, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ)

		preparou um material específico para os povos tradicionais do estado, com dicas personalizadas para essas comunidades.
OAB	Notícia - <a href="#">OAB discute medidas emergenciais para comunidades quilombolas no parlamento</a> , disponibilizada em 05.05.2020	A Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Quilombolas debateu, nesta segunda-feira (4), uma série de medidas urgentes para a proteção de povos tradicionais diante do contexto da pandemia do coronavírus. As sugestões serão encaminhadas para diversos órgãos do Governo Federal. A OAB Nacional participou da reunião por intermédio do presidente da Comissão Nacional de Verdade da Escravidão Negra, Humberto Adami.
IBDFAM	Notícia - <a href="#">Pandemia do coronavírus não pode ser usada para rompimento do convívio parental</a> , disponibilizada em 06.05.2020	A Justiça do Mato Grosso restabeleceu a convivência entre pai e filha que foram afastados após viagem da mãe, levando a menina, para o interior do estado. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, a juíza Angela Gimenez, da 1ª Vara de Família e Sucessões de Cuiabá, determinou que a genitora retorne com a menina para a capital. Em seu entendimento, a pandemia do coronavírus e os demais argumentos apresentados pela requerida não justificam a transgressão da guarda compartilhada.
CNJ	Notícia - <a href="#">Título Net registra quase 420 mil solicitações por serviços da Justiça Eleitoral</a> , disponibilizada em 05.05.2020	O sistema Título Net já recebeu, do início de abril até o dia 1º de maio, quase 420 mil requerimentos de eleitores por serviços remotos ofertados pela Justiça Eleitoral, segundo dados da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (STI/TSE). Pela plataforma, que deve ser acessada a partir dos Portais dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), é possível realizar solicitações de alistamento (primeira via do título); mudança de município (transferência); alteração de dados pessoais; alteração de local de votação por justificada necessidade de facilitação de mobilidade; revisão para a regularização de inscrição cancelada; e pedido de isenção do pagamento de multas eleitorais.
CONJUR	Notícia - <a href="#">Juiz nega pedido de redução de mensalidade de faculdade por coronavírus</a> , disponibilizada em 06.05.2020	O juiz José Célio de Lacerda, da 7ª Vara Cível de João Pessoa, decidiu negar um pedido de liminar ajuizado por um aluno do curso de medicina para reduzir em 30% as mensalidades.  No pedido, o aluno narra que, em face da epidemia do novo coronavírus no país, as atividades desempenhadas por seus pais sofreram uma queda brusca de arrecadação. Isso comprometeria a continuidade dos pagamentos das mensalidades.
	Notícia - <a href="#">Estados não dependem de aval da União para tratar de</a>	Estados e municípios não dependem de autorização da União para tratar de transportes intermunicipal e interestadual durante a

	<a href="#">transportes, decide STF</a> , disponibilizada em 06.05.2020	epidemia. Com esse entendimento, o Supremo Tribunal Federal decidiu excluir a necessidade de autorização que estava prevista nas Medidas Provisórias 926 e 927. Na prática, o colegiado evitou o condicionamento dos governos estaduais às regras da União.
	Notícia - <a href="#">Juiz concede liminar para reabertura de loja Havan no interior de SP</a> , disponibilizada em 06.05.2020	<p>O juiz José Daniel Dinis Gonçalves, da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Araçatuba (SP), concedeu liminar para suspender o fechamento da loja Havan, situada no centro da cidade do interior paulista.</p> <p>O fechamento da loja havia sido determinado pela prefeitura na manhã da última segunda-feira (4/5), por um auto de infração. Conforme a fiscalização municipal, o estabelecimento estava desrespeitando dois decretos municipais.</p>
	Notícia - <a href="#">Loja de chocolates não é serviço essencial e não deve reabrir, decide juiz</a> – disponibilizada em 06.05.2020	Na ausência de qualquer vício legal ou constitucional, descabe ao magistrado substituir o viés objetivo do ato administrativo pela subjetividade de sua interpretação. Com esse entendimento, o juiz Matheus Romero Martins, da 2ª Vara Cível de Araras (SP), negou pedido para reabrir uma loja de chocolates, que teve que suspender o atendimento presencial durante a quarentena.
	Notícia - <a href="#">Juíza nega suspensão e parcelamento do pagamento da conta de luz de empresa</a> , disponibilizada em 06.05.2020	Por entender que o momento exige boa-fé das partes, a juíza Maria Heloisa Nogueira Ribeiro Machado Soares, da 3ª Vara Cível de Olímpia (SP), negou pedido de uma empresa em recuperação judicial que, devido à crise desencadeada pelo novo coronavírus, solicitou parcelamento e moratória por 90 dias do pagamento da conta de luz.
Migalhas	Notícia - <a href="#">Juíza Federal impede flexibilização de atividades não essenciais no DF</a> , disponibilizada em 06.05.2020	<p>A juíza Federal Kátia Balbino de Carvalho Ferreira, titular da 3ª vara Cível do DF, suspendeu a ampliação do funcionamento de atividades não essenciais no DF.</p> <p>A decisão, assinada na madrugada desta quarta-feira, 6, atende a pedido do MPF, MPT e o MP/DF. A magistrada concedeu, em parte, a tutela de urgência. A decisão vale até novo pronunciamento da juíza.</p>
	Notícia - <a href="#">Ihabela não pode impedir entrada de dono de imóvel que mora em outra cidade</a> , disponibilizada em 06.05.2020	O desembargador Aliende Ribeiro, da 1ª Câmara de Direito Público do TJ/SP, concedeu medida cautelar recursal para que um homem, que possui imóvel em Ihabela/SP, possa ingressar no município. Consta nos autos que autor passa parte da semana em uma

		cidade e outra em Ilhabela, mas a municipalidade impediu a entrada dele devido a medidas de prevenção ao coronavírus.
	<p>Notícia - <a href="#">Coronavírus: Shopping deverá efetuar pagamento mínimo de energia elétrica</a>, disponibilizada em 06.05.2020</p>	<p>A juíza de Direito Renata Mota Maciel, da 2ª vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do TJ/SP negou pedido de shopping center que, em razão da crise econômica desencadeada pela pandemia da covid-19, pretendia suspender, provisoriamente, a obrigação de efetuar pagamentos mensais mínimos de energia elétrica, pagando apenas pela energia efetivamente utilizada.</p>
	<p>Notícia - <a href="#">Empresa pode substituir penhora em contas bancárias por bem devido à pandemia</a>, disponibilizada em 05.05.2020</p>	<p>Empresa que teve penhora em contas bancárias pode substituir por bem devido à pandemia do coronavírus. A decisão é da juíza de Direito Renata Scudeler Negrato, da vara das Execuções Fiscais Estaduais de SP. Para ela, exigir que a execução seja garantida por dinheiro inviabiliza o pagamento do próprio plano de parcelamento.</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

**Malka Y Negri Advogados**